

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESFERA DOMÉSTICA: AVANÇOS E PERMANÊNCIAS

Caroline de Deus Silva¹
Monica Aparecida Del Rio Benevenuto²

RESUMO

A relação de gênero entre homens e mulheres se dá a partir das construções cultural, social, política e econômica que sempre impulsionaram a mulher a uma submissão e apatia perante o homem. É na esfera doméstica, que essa subordinação se reforça, gerando uma divisão entre os gêneros nas tarefas desempenhadas no cotidiano. O objetivo da pesquisa “Relações de gênero no mundo rural: um estudo de caso sobre o lugar social da mulher no assentamento Vitoria da União”, foi apresentar o cotidiano das mulheres, ressaltando as relações de gênero, a relação entre as diversas gerações femininas e a sua visibilidade no meio público e privado. Neste artigo é focada a atuação feminina na esfera doméstica, a relação com o gênero oposto na vida conjugal e como esta se reflete nos seus sonhos e nos sonhos das novas gerações. A metodologia utilizada conjugou entrevistas, aplicação de questionário, conversas informais e visitas às propriedades. Notou-se que dentro dos lares havia traços de cultura tradicionalista, onde homens detinham as decisões, realizando os trabalhos considerados pesados e importantes dentro da família, enquanto as mulheres continuavam responsáveis pelos afazeres domésticos, a criação dos filhos e os trabalhos considerados leves dentro do lote. Nas camadas mais jovens as visões seguem um perfil de independência financeira, causando uma mudança nas atitudes quanto às relações de gênero, o que vem ocasionando divergências geracionais entre as mulheres no meio rural estudado.

PALAVRAS-CHAVE: Conjugalidade. Família. Intergeracional.

1 INTRODUÇÃO

As relações de gênero vêm gerando uma série de manifestações na esfera social e se tornando alvo de debates e pesquisas a respeito das divisões desiguais no espaço público e privado, entre homens e mulheres. É a partir das relações domésticas, entre os gêneros, que esta configuração de desigualdade se reforça.

Este artigo apresenta uma parcela dos resultados da pesquisa “Relações de gênero no mundo rural: um estudo de caso sobre o lugar social da mulher no assentamento Vitoria da União” em Paracambi/RJ, no ano de 2008/2009, com o apoio do Programa de Iniciação Científica da FAPERJ - Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. Objetivo é revelar o cotidiano das relações de gênero no meio doméstico do assentamento pesquisado, apresentando a realidade dessas mulheres quanto ao tratamento com o sexo oposto na sua vida conjugal, nas relações intergeracionais e na atuação no espaço doméstico.

As relações conjugais são questões de interesse, principalmente nos movimentos

¹ Discente de Economia Doméstica, Graduando, UFRRJ. carolsamba@hotmail.com

² Economista Doméstica, Professora Doutora do Departamento de Economia Doméstica, UFRRJ. monicadelrio@ufrj.br

feministas, já que é no interior dos lares que ocorre a submissão das mulheres perante aos homens, devido à aceitação da mulher quanto à opinião masculina nas decisões do cotidiano familiar. Muitas mulheres enquanto ser social são portadoras de igualdade e visibilidade dentro de suas casas, mas ainda não se posicionam quanto a esses direitos, não evidenciando suas opiniões ao seu parceiro e à sua família, refletindo às novas gerações essa relação de subordinação. Aqui são ressaltados os avanços ocorridos no comportamento feminino no espaço doméstico do assentamento estudado, que é conferido através da atuação feminina, que se reflete em outros espaços, considerando posturas e atitudes que as mulheres têm perante aos homens e à família. São também destacadas as permanências desse comportamento, sobretudo pelas mulheres adultas que são importantes para avaliar a desigualdade e a tentativa de relações mais igualitárias de gênero no meio rural.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Gramaticalmente, *gênero* é uma expressão que designa indivíduos de sexos diferentes segundo (STROPASOLAS, 2004). Para Pateman (1988), citado por Amaral (2001), o termo “sexo” compreende suficientemente a questão das discussões sobre gênero, ultrapassando o sentido essencialista que os biólogos, de um modo geral usam. Porém, de acordo com Gomes (1998) citado por Abreu (2005), esta denominação não é suficiente para tais discussões sobre homens e mulheres, o termo gênero abrange maiores significados, adquirindo novos contextos, e do ponto de vista antropológico, significa “uma construção social abstrata extraída da realidade”. De fato, se a noção de gênero aparece, a princípio, como um contraponto ao conceito de sexo - esta seria apenas a diferença biológica entre macho e fêmea, ao passo que gênero diz respeito às suas construções sociais, culturais e psicológicas

Para Beauvoir (1967, p. 9): “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Devido a diversos fatores existentes na sociedade desde a infância, a mulher torna-se um ser feminino através do outro, ou seja, da relação do macho e fêmea e assim essa concepção de ser feminina torna-se concreta.

As relações entre os sexos, entre os gêneros masculinos e femininos, associados a outras relações sociais revelam experiências de dominação de homens e de subordinação de mulheres. Nos estudos sobre a agricultura familiar, ainda que para discutir formas de ocupação, atuação, produção ou gestão, o tema das relações de gênero está presente, pois passa pelo núcleo familiar e discute a situação de lotes cujo trabalho vem das mãos de homens, mulheres e crianças (ALVES E GRASSI, 2008).

A conjugalidade é definida por Dihel (2002) citado por Stropasolas (2004, p. 22), como sendo a idéia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente, a existência de um contrato formal entre elas. O surgimento de neologismos como conjugalidade se deve, em parte, às amplas e profundas transformações sociais e culturais pelas quais vem passando a família na atualidade. O conceito então, de conjugalidade é usado de forma abrangente, não existindo muita clareza do que é considerado norma ou desvio nos relacionamentos conjugais. Na atualidade há uma série de possibilidades de viver a conjugalidade, muitas delas que em nada se aproximam com o que se costuma chamar de casamento tradicional. Seguindo as idéias desse autor, vários são os arranjos que se referem como “novos” modelos para se viver a conjugalidade: casais que decidem viver juntos sem legalizar ou oficializar seu relacionamento; casais que vivem em diferentes locais; homens ou mulheres que preferem ter filhos e continuarem solteiros; casais homossexuais com filhos através da adoção ou da inseminação artificial, para citar alguns. Porém, ao mesmo tempo ainda predomina o modelo tradicional de família nuclear, constituído de pai, mãe e filho. É verdade que há algumas diferenças no comportamento das famílias no espaço privado, quanto à divisão dos trabalhos domésticos e criação dos filhos, mas esses trabalhos continuam pendendo para o lado da mulher.

Segundo Carneiro (2003), diante de um panorama social que apresenta um crescente aumento de dissoluções conjugais, sucedidas ou não por recasamentos e de tantas outras formas de relação conjugal, como já citado, torna-se necessário refletir sobre o papel que a conjugalidade ocupa no projeto de vida do sujeito contemporâneo. É preciso levar em conta que o tamanho da família também diminuiu e cresceu o número de uniões conjugais sem vínculos legais e de arranjos monoparentais³.

Conforme Amaral (2001), as famílias atuais com suas modificações colocam em crise conceitos tradicionais passados para seus descendentes, trazendo novas discussões e denominações a essas relações, acarretando uma nova criação, que futuramente possibilitará às mulheres, novos questionamentos sobre seus deveres e direitos perante a família atual.

A demanda por igualdade entre os sexos, advinda da emancipação feminina e da inserção da mulher no mercado de trabalho, teria como conseqüência, pelo menos suposta, uma maior participação dos homens nas tarefas do lar. Paradoxalmente, o que se vê é que a mãe aparece cada vez mais como a figura mais importante da casa, passando de “dona de casa” a “dona da casa” (STROPASOLAS, 2004).

³Arranjos caracterizados pela presença do pai ou da mãe com filho(s), contando ou não com a coabitação de outros parentes (CARNEIRO, 2003).

A forma tradicional de relacionamento vem sofrendo modificações, mas o casamento continua a constituir uma situação que homens e mulheres sentem de maneira diferente. Várias mulheres vêm trocando a segurança e a estabilidade das relações conjugais antigas pela vida profissional. Atualmente, mais do que nunca, as mulheres estão buscando igualdade, fazendo suas escolhas mais livremente, podendo separar-se sempre que necessário. Entre o casal há uma menor diferença de idade e de cultura do que antes, algumas vezes partilham igualmente condições dos cuidados da casa e dos filhos, prazeres e distrações comuns (GOLDENBERG, 2001).

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada foi quantitativa e qualitativa, ou seja, a partir dos dados coletados houve uma análise crítica da pesquisadora com a utilização de referencial de estudiosos da área. A coleta de dados ocorreu de forma participativa, pela pesquisadora e pesquisadas, através de entrevistas, e aplicação de questionário contendo perguntas abertas e fechadas.

O primeiro contato realizou-se a partir de um grupo de mulheres na produção artesanal de doces no Centro de Beneficiamento de Alimentos em Paracambi - RJ, que possibilitou o início das entrevistas com a comunidade feminina do assentamento Vitória da União.

As entrevistas foram realizadas de agosto de 2007 a fevereiro de 2008, gerando um total de 34 mulheres entrevistadas, com idades entre 14 a 77 anos. Além das respostas, gestos, olhares, tom de voz, expressões faciais e silêncio, foram levados em consideração e anotados, notificando em que momento do questionário esta forma de expressão foi realizada e interpretada também como “fala”. Os dados coletados prosseguiram através de visitas agendadas, visando à disponibilização de dias e horários das mulheres pesquisadas. Num primeiro momento, elas ficavam receosas quanto ao questionário, mas no decorrer do encontro respondiam com boa vontade. Geralmente, as respostas se estendiam para amplas conversas, revelando de forma mais profunda assuntos já abordados nas perguntas. Vale registrar também que na presença dos homens, elas preferiam não responder algumas perguntas. Nesse momento foi possível perceber uma sensação de constrangimento, vergonha ou até medo, na revelação de assuntos relacionados aos conflitos familiares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até a primeira metade do século passado para as mulheres só restavam três opções: o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato civil. No meio rural ao casar, a mulher ingressava na família do marido. Obedecendo à regra de residência patriarcal, ela ia residir com os sogros, no caso de se casar com o sucessor, submetendo-se, assim, à autoridade destes até ao fim das suas vidas. O casamento implicava na extinção dos direitos das mulheres à terra e na sua reclusão ao espaço doméstico, dentro da lógica da simbiose que se estabelece entre mulher e família e que determina a supremacia dos papéis de mãe e esposa sobre todos os demais como afirma Paulilo (2003). Embora atualmente sejam reconhecidos os direitos da mulher em relação ao trabalho como agricultora e como proprietária da terra, no assentamento as mulheres revelaram que tem acesso à terra quando casam-se, seja ela doada pelos próprios pais ou pelos sogros, seguindo a afirmativa do autor.

No assentamento Vitória da União, 47% das mulheres são casadas legalmente e 15% constituíam união estável. No entanto, estas últimas sempre enfatizavam seu real estado civil dizendo: *“é como todo mundo diz, né?! Juntada com fé, casada é.”*(R. V. S. – 26 anos). O casamento legal não influenciava na vida conjugal dessas mulheres, que se configurava da mesma forma, com as rotinas domésticas como limpeza da casa, cuidar dos filhos, trabalharem no lote e fora dele. Paradoxalmente, mesmo seguindo a mesma rotina conjugal, estas mulheres demonstraram ter sonhos de casarem-se legalmente, com cerimônia religiosa, seguindo traços de união tradicionalista. Aqui se verifica a permanência do sonho do casamento enfatizando um sentimento de intimidade iniciado na civilização ocidental, que foi construído historicamente e culturalmente, derivado das relações entre público e o privado. O casamento sofreu transformações sucessivas, incluindo a entrada em cena do “amor romântico”, que cria o clima ideal para essa proximidade entre os sexos. A intimidade tal qual a encontramos na relação conjugal, nos tempos atuais (CARNEIRO, 2003).

A cultura das mulheres pesquisadas mantém uma forte influência tradicionalista e patriarcal, originada das famílias mineiras que migraram para o assentamento quando ele estava sendo formado, ou das que apesar de não residirem nesse local tinham descendência mineira. De acordo com Abramovay (2003), as famílias mineiras eram predominantemente nucleares, onde os maridos detinham o poder de decisão e cuidavam da renda familiar de forma autônoma. As mulheres, esposas e filhas, cuidavam dos afazeres domésticos e de trabalhos leves dentro do lote, como cuidar dos animais, da horta e do quintal, enquanto os homens cuidavam do trabalho considerado pesado e de maior importância, como mexer com

maquinário existente, com equipamentos como foices e aradores da terra, as vendas da plantação, ou seja, as decisões que geravam o lucro da produção do lote. A autonomia da mulher era na educação dos filhos, desde que não conflitasse com a opinião do marido dentro do lar. Os filhos homens seguiam os passos do pai, cuidando da terra e da prosperidade dos bens.

Para as mulheres casadas do assentamento o aconchego da casa e a limpeza da mesma significam dedicação à sua família, mesmo as atividades domésticas que não apreciam, são realizadas com o intuito de manter a casa bonita e limpa para que sua família permaneça bem cuidada e aparentasse uma imagem de prosperidade. As mulheres que não cuidam da casa diariamente são consideradas por elas como relapsas em relação ao seu papel na família. Na visão das mulheres mais velhas uma boa mulher, além de cuidar do lote e a trabalhar fora, tem que ser dedicada aos afazeres domésticos. Dentro das casas o trabalho doméstico continua sendo trabalho único e exclusivo das mulheres, principalmente das mães, quando tal tarefa não era feita por elas era feito pelas filhas, que muitas das vezes, não gostavam de exercer tal função e não entendiam porque seus irmãos também não tinham que ajudar na limpeza da casa, pois para as mais velhas da casa isso é considerado somente uma “obrigação feminina”. Essa situação causava conflitos entre as mães e filhas dentro do meio doméstico. Como mostra Goldenberg (2001), esse perfil feminino é socialmente construído pela cultura ocidental, principalmente a dos países em desenvolvimento e apesar do espaço já conquistado pela mulher no mercado de trabalho e dos direitos legais, que embasam igualdade de gêneros, a mulher ainda se sente reprimida e obrigada, mesmo que moralmente, a cumprir esse papel tão marginalizado pelos homens.

As mulheres pesquisadas que constituíam uma união mais antiga, tinham um grande número de filhos e acreditavam que a vida da mulher só fica completa com a constituição da família. Já as mulheres solteiras revelaram que quando tivessem filhos, teriam um número bem reduzido, mas só quando constituíssem uma união conjugal independente do casamento legal, que a principio não era prioridade na vida delas. Segundo Paulilo (2003), pela cultura rural as solteiras não podem ter uma vida sexual, tendo que manter a imagem de “moças recatadas” para não ficarem “mal faladas” pelos vizinhos. Nesse aspecto, percebe-se entre as mulheres mais novas um certo incômodo em relação a comentários das mulheres mais velhas sobre seus comportamentos, considerados por elas, modernos e ousados, como ir a bailes, festas ou namorarem sem um compromisso oficial perante a família, não significando, necessariamente, sua iniciação sexual. A pesquisa também evidenciou que as divorciadas e as viúvas, que representam 5,88% respectivamente, já tinham filhos e netos, mas a maioria não

morava com elas. Essa diferença de visões nas diferentes gerações vem reforçar a coexistência nas atitudes femininas quanto à formação da família. O lugar que o laço conjugal ocupa hoje no projeto de vida das jovens que ainda não se casaram, difere dos projetos das mulheres adultas. Essas jovens partem da vivência da conjugalidade de seus pais para trilharem um caminho distinto e possivelmente mais igualitário entre os gêneros.

Dados fornecidos pela ONU, em 1995, mostram que, no mundo todo, a correlação entre maior escolaridade e casamento mais tardio por parte das mulheres é uma constante. As que estudam, casam-se com mais idade do que as que não estudam, ou freqüentam menos anos de escola. Essas têm menos filhos e utilizam os métodos anticoncepcionais, tudo em prol de uma vida melhor, que futuramente também lhes proporcionam uma independência. Dado também evidenciado pelas jovens no assentamento que possuem maior escolaridade e pretendem utilizar métodos contraceptivos.

Como afirmam Brumer (2004) e Stropasolas (2004), a submissão da mulher no campo e a falta de igualdade são fatores que fazem com que cada vez mais as moças queiram ir para as cidades trabalhar e estudar, causando uma crise na demografia rural. Hoje a média de homens jovens no campo é consideravelmente maior do que do sexo feminino. Contudo, o meio agrário apesar de estar mudando seu perfil, ainda é de dominação exclusiva do sexo masculino, diminuindo os atrativos para as moças que não querem mais trabalhar na agricultura e com remuneração baixa, quando há uma remuneração. Com isso, o êxodo rural tem ocorrido principalmente com jovens do sexo feminino. Isso não foi diferente no assentamento pesquisado, onde os sonhos revelados pelas jovens seguiam a mesma visão, como em atingir outros espaços fora do meio rural, de entrarem no mercado de trabalho com uma qualificação profissional adquirida com estudos profissionalizantes.

No campo a possibilidade de igualdade de gênero é menor do que nas cidades, onde a possibilidade de visibilidade da mulher não está somente associada à casa e aos filhos, como acontece no assentamento. A todo instante da pesquisa as mulheres casadas, mostraram que seus sonhos estavam ligados à melhoria da família num todo, se anulando como indivíduo dentro de seus lares. Um exemplo disso são os sonhos de melhorias da casa onde moram, pensando no bem estar dos filhos, marido e conseqüente no seu; a aquisição de automóveis para maior autonomia no ir e vir da família, principalmente a do marido e outros sonhos como a melhoria da saúde dos filhos relatados.

5 CONCLUSÃO

No assentamento pesquisado pôde-se notar que bloqueios sociais e culturais inibem o processo de crescimento e reconhecimento da mulher dentro de seu lar e conseqüentemente nos demais espaços. O pouco acesso a espaços fora do assentamento reforça ainda mais essa dificuldade de manifestar-se ao homem que, geralmente, tem uma maior abertura nas possibilidades de emprego e estudo fora do assentamento. Porém, isso não descarta a vontade das jovens em atingir outros espaços fora do meio rural, já referenciado por autores como Alves e Grassi (2008) e Paulilo (2003), onde elas acreditam seguir um perfil diferente de suas antecessoras, que desempenham um papel de submissão no meio doméstico.

Os dados levam a afirmar que a mulher precisa perceber que a vida conjugal é uma troca de relações, tanto nas atitudes, quanto nas opiniões entre os sexos dentro do meio doméstico, para que possa integrar atitudes como as divisões das tarefas aos demais membros da família e na criação dos filhos com o marido. A mudança no perfil das relações de gênero começa, a primeiro modo, dentro das atitudes femininas com elas mesmas, para que ocorra uma postura de união nas opiniões e atitudes no contexto social. Só assim, haverá uma real mobilização na postura masculina perante a mulher no espaço privado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. Agricultura, São Paulo: USP, v. 50, n. 1, 2003. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2003/sucessaohereditaria.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2009.

ABREU, Ana Keiserman de. O casamento em cena: representações da conjugalidade em duas peças de teatro. Rio de Janeiro, 2005. 85 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/cgi-bin/PRG_0599.EXE/6594_3.PDF?NrOcoSis=18414&CdLinPrg=pt>. Acesso em: 10 fev. 2009.

ALVES, Maura Ferreira; GRASSI, Maria de Fátima Oliveira Mattos. Relações de gênero; geração; agricultura familiar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8. 2008, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2008. Disponível em: <www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST17/Alves-Grassi_17.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2009.

AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. Família às avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes. Fortaleza: EUFC, 2001. 203 p.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo 2. A experiência vivida. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1967. 500 p.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista Estudos Feministas, v.12, n.1, p.205-227, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2004000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 mar. 2009.

CARNEIRO, Terezinha Féres. Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: o parceiro como instrumento de legitimação do “eu”. In: ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE: SEGUNDO ENCONTRO MUNDIAL, 2., 2003, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/download/5a_Carneiro_39020903_port.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2009.

GOLDENBERG, Miryan. Sobre a invenção do casal. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro: UERJ, v.1, n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v1n1/artigos/Artigo%207%20-%20V1N1.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILLO, M. I. SCHMIDT, Wilson. (org.) “Agricultura e espaço rural em Santa Catarina”. 1., 2003, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~naf/doc/mma.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2009.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. Revista Estudos Feministas, v.12, n.1, p.253-267, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/381/38112113.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2009.